

Cidades pequenas do Semiárido Potiguar: análise da dinâmica socioeconômica de Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN

RESUMO

O processo que intitulam de desenvolvimento econômico ocorre de forma heterogênea entre as nações/regiões em virtude das condições geográficas, das suas formações econômicas e sociais, da falta de políticas públicas e do desalinhamento com a economia global. No caso brasileiro o processo de desenvolvimento entre as regiões Norte/Nordeste e Centro-Sul apresenta forte discrepâncias onde o gap de investimentos, atividades produtivas e disponibilidade de bens e serviços é historicamente maior na segunda região. Estudos indicam que no período que compreende os anos de 2003 a 2015 as políticas públicas setoriais de educação incentivaram a interiorização do ensino público federal, transformando a realidade dos municípios estabelecidos na região semiárida do Nordeste brasileiro por meio da criação de fixos que acreditam ter a capacidade de encadeamento das economias locais. Este artigo procura analisar a dinâmica socioeconômica recente dos municípios de Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN, bem como, seus rebatimentos a nível local a fim de criar um arcabouço teórico sobre estas cidades pequenas cravadas no semiárido brasileiro. O estudo se utilizou de dados secundários, da pesquisa documental e do método comparativo a fim de analisar os indicadores econômicos, sociais e de desigualdade dos municípios elencados. Os resultados sugerem oscilação nos indicadores econômicos durante a série analisada e demonstram melhoria tímida, mas significativa nos indicadores de bem-estar.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades pequenas; Semiárido; Desenvolvimento; Universidade Pública.

Lucas Valente Souto

lucasvsouto@gmail.com

Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró. Rio Grande do Norte. Brasil.

Almir Mariano de Sousa Junior

almir.mariano@ufersa.edu.br

Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró. Rio Grande do Norte. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

No que consiste as abordagens das teorias econômicas, o crescimento econômico é condição sine qua non para que haja o desenvolvimento, mas não é suficiente, tendo em vista que para que haja o desenvolvimento é necessário que ocorra a melhoria da qualidade de vida da população. Diante disso, Sen (2010, p. 66) relata que, “o principal impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus frutos são aproveitados”. Sabe-se que o crescimento econômico está diretamente ligado às variações apresentadas pelo Produto Interno Bruto (PIB) e o desenvolvimento implica a melhoria de outros indicadores com destaque para aqueles que relatam as variações no bem-estar da população, requerendo-se neste sentido “[...] que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2010, p. 16).

Contudo, a 1ª Revolução Industrial alterou a lógica/sistema de desenvolvimento econômico, dividindo o mundo a partir de então, segundo a tese central da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em países centrais (industrializados) e países periféricos (agrário-exportadores), onde estes últimos foram classificados como países subdesenvolvidos ainda no século XX, sendo o Brasil um deles.

Igualmente essa relação centro-periferia pôde ser percebida na conformação espacial e econômica no território brasileiro, quando observadas as discrepâncias de investimentos e execução de políticas públicas entre a região Centro-Sul e a região Nordeste. A desigualdade socioeconômica histórica existente entre as regiões do país contou com tentativas de mitigação a partir do surgimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com seus projetos e programas de cunho estrutural.

Apesar do ganho de produtividade de diversas frentes de expansão no Nordeste, como o setor têxtil, agricultura, mineração e turismo a partir da década de 1970, não houve impacto significativo no aumento da justiça social. Todavia, alterações positivas de cunho social no panorama regional tornaram-se perceptíveis a partir do período que compreende o início do século XXI, momento que apresentou razoável crescimento econômico nacional concomitante com o aumento significativo dos indicadores de desenvolvimento social (IPEA, 2015).

A estabilidade da inflação a níveis aceitáveis e o crescimento econômico permitiram avanços importantes na melhoria da qualidade de vida em diversas regiões do país. As descentralizações¹ ocorridas nas políticas governamentais permitiram avanços importantes nos indicadores sociais e econômicos, alcançando municípios das áreas mais afastadas, inclusive no interior do Nordeste.

Todavia, ao analisar a dinâmica da região Nordeste o pesquisador precisa ter parcimônia, pois esta apresenta heterogeneidades, principalmente quando se analisa a parte semiárida. Dessa forma, Gomes (2001) trouxe ao cerne da discussão o conceito de “economia sem produção”, termo cunhado para designar que os rendimentos de grande parte da população habitante da região semiárida são provenientes das aposentadorias, remuneração do setor público (municipal),

políticas assistencialistas, bem como, as transferências governamentais para as prefeituras.

Embora o discurso de Gomes (2001) seja um tanto forte, o termo faz alusão à renda da região que é auferida sem a contrapartida de um produto industrializado imbuído de tecnologia e sofisticação, mas sim, grosso modo, em virtude do clientelismo político, políticas assistencialistas e comércio e serviços de baixo valor agregado. Ressaltando, também, que em geral as prefeituras das cidades pequenas e inter (médias) localizados na região semiárida possuem orçamentos limitadíssimos devido à baixa capacidade de obtenção de receitas tributárias, que são em grande parte motivadas pela: sonegação fiscal; baixo poder aquisitivo da população; irregularidade imobiliária; baixo quantitativo de atividades produtivas, fragilidade fiscal, operacional e cultural.

Há certo consenso entre os autores da questão regional, que a despeito de não ter havido uma política explícita de desenvolvimento regional, as políticas implementadas pelo governo federal (2003-2010) apresentaram impactos diferenciados nas regiões Norte e Nordeste. Araújo (2013); Guimarães Neto (2012). Esse padrão de crescimento focado no consumo das famílias, na política de valorização do salário mínimo, na formalização do trabalho, no aumento do crédito, e na política de interiorização do ensino técnico e superior, entre outras, atingiu seus melhores índices no Nordeste, em parte pela própria base produtiva e de rendimentos ser menor que nas demais regiões.

Região esta que apresentava/apresenta um grande gap dos meios de produção em relação à região Centro-Sul do país e uma demanda reprimida da população por bens e serviços. Entretanto, a partir de 2015 o país começou a sofrer concomitantemente com uma grande crise política e crise econômica, onde Araújo (2017) destacou a interrupção do processo de melhoria social e econômica que vinha se materializando no Nordeste e credita tal situação a queda do consumo, o fim do ciclo de investimentos, a seca histórica e os efeitos da Operação Lava Jato sobre a classe política e empresarial. Prosseguindo, Araújo (2017) argumenta que os impactos negativos no emprego e na renda da região advêm em grande proporção da derrocada da construção civil, que era responsável por empregar grande vulto de pessoas e recursos.

Ademais, as precárias condições de vida ocasionadas em partes pelos fatores naturais e (re) produzidas pelo descaso de determinados governos, fez com que historicamente grande parte da população originária dos municípios da região semiárida do país vivesse em constante migração, contribuindo para um sistema urbano desarticulado, heterogêneo e voltado para a reprodução de uma população pobre que teve acesso restrito à difusão dos elementos que proporcionam condições qualitativas para sua sobrevivência, como a oferta de serviços de saúde, de educação, cultura e de lazer.

Diante da necessidade de ampliação dos estudos que investiguem, analisem e tratem sobre a realidade das cidades pequenas e inter (médias) localizadas na região semiárida do Nordeste brasileiro, bem como, em razão das atuais funcionalidades urbanas apresentadas em virtude da implantação de empreendimentos públicos, como os campi da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em seus territórios, as cidades de Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN instigaram o desenvolvimento da pesquisa por entender que

este fixo público pode atuar como mecanismo propulsor da economia local/regional.

O desenvolvimento do trabalho é pautado a partir dos seguintes questionamentos: Houve evolução nos indicadores econômicos e sociais no período analisado? Quais os setores econômicos que possuem papel de destaque no panorama local/regional?

No que versa ao aspecto metodológico, a pesquisa empregou o método comparativo utilizando-se de dados secundários das bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. O calendário da pesquisa consistiu em longitudinal retrospectivo, estudando assim as mudanças ocorridas nas variáveis ao longo do tempo. Dessa forma, os métodos empregados buscaram traçar a dinâmica socioeconômica dos municípios analisados no período que compreende 1990 a 2017, tendo como um dos pilares os números apresentados nos últimos 03 (três) censos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve comentário acerca do conceito de desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico é algo perseguido por diversos países, estados e municípios que ainda se enquadram nas categorias de subdesenvolvimento ou em desenvolvimento/emergente. É tema corriqueiro nos discursos dos políticos e gestores públicos. Alcançar o status de país desenvolvido requer inúmeros esforços, dispêndio de recursos financeiros e incontáveis ações advindas das forças políticas, econômicas e culturais de uma localidade. Contudo, Oliveira (2002, p. 40) aponta que, “o processo de desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”.

Quanto ao tema do subdesenvolvimento Sandroni (1999, p. 580) expõe que,

Situação inferior do sistema econômico-social de um país em relação aos padrões econômicos das nações industrializadas. Evidencia-se por indicadores como exportação baseada em produtos primários, forte participação de produtos industrializados na pauta de importação, importação acentuada de tecnologia e capitais estrangeiros, persistência de elevadas taxas de desemprego, baixa produtividade, baixa renda *per capita*, mercado interno bastante limitado, baixo nível de poupança e subconsumo acentuado.

Pode-se acrescentar ao que foi exposto, a baixa confiança nas instituições, nos contratos e na gestão/governança local. O impacto disso se reflete nos indicadores que evidenciam as condições de vida da população, como são os casos: da taxa de natalidade e mortalidade; doenças, internações e óbitos relativos à falta de saneamento básico; dificuldades no acesso aos serviços de educação, segurança e justiça; degradação do meio ambiente; dentre outros questões estruturais e conjunturais.

Inicialmente nas formulações das teorias econômicas pelas diversas correntes do pensamento econômico, os conceitos de desenvolvimento econômico e

crescimento econômico apresentavam-se como sinônimos, entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente no último quarto do século XX, esses dois conceitos sofreram uma espécie de desvinculação após embates teóricos.

A questão do crescimento econômico, como lembra Vilela (2013), antes da Revolução Industrial era fenômeno episódico, onde as economias alcançavam com “sorte” níveis um pouco acima da renda per capita de subsistência. Contudo, após esse acontecimento o crescimento tornou-se algo perseguido pelas economias que buscavam introduzir novas técnicas para alcançá-lo.

Conforme relata Souza (2008), a temática do desenvolvimento econômico como se conhece hoje, surgiu no século XX, onde anteriormente os governos empenhavam-se apenas em aumentar o poder econômico e militar dos soberanos. Destarte, a concepção de proporcionar o aumento generalizado e proporcional do bem-estar da população tornava-se algo em segundo plano, apesar das inúmeras mazelas sociais perceptíveis aos olhos de todos. Nessa toada, Oliveira (2002, p. 38) contribui à discussão quando relata que, “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida (...)”. Corroborando com os demais, Dallabrida (2010, p. 17) entende o desenvolvimento quando há um processo de mudanças estruturais, centrado na história e no território, sendo qualificado por uma maior dinamização socioeconômica onde percebe-se o aumento da atividade econômica atrelado a melhoria da qualidade de vida da população.

Todavia, o território é fator bastante importante nessa alteração estrutural, sendo elemento ativo e condicionante no processo de desenvolvimento, não se apresentando apenas como recorte geográfico, pois nele estão os atores, cultura, política e economia (DINIZ, 2011).

Dessa forma, Bellingieri (2017 apud Sachs 2008, p. 25) lembra que, “o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais”.

2.2 O papel do empreendimento de educação no desenvolvimento das cidades pequenas

O governo federal assumiu a responsabilidade pela implantação e manutenção do ensino superior no país, muito embora, os governos estaduais possuam suas próprias instituições de ensino superior. Para tanto, o Governo Federal nas últimas duas décadas instituiu políticas públicas e expandiu às já existentes. A consecução de tal estratégia e resultados observados foi derivada da política pública setorial de educação implantada pelo governo federal por meio de programas e projetos, percebidos pela criação da Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando assim, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, legalizado pelo Decreto nº. 6.096/2007, onde ambas as medidas têm como escopo a construção de novos campi das Instituições Federais de Ensino, aquisição de bens, contratação de serviços necessários ao bom funcionamento e ampliação do quadro técnico-administrativo e docente.

Araújo et al (2014) faz uma feliz exemplificação no que versa a distribuição territorial das universidades públicas federais no Brasil, fazendo um recorte temporal nos anos de 2002 e 2010. A autora demonstrar as quantidades e a localização desses campi em dois momentos, segundo Araújo et al (2014), no ano de 2002 haviam no país 43 campi das universidades federais em operação, sendo eles, localizados em quase sua totalidade nas capitais estaduais e nas cidades médias da região Centro-Sul, como exemplo, a cidade de São Carlos/SP localizada a 230km da capital São Paulo/SP. Ocorre que, no ano de 2010, segundo momento da pesquisa, o número passou de 43 para 230 campi sendo a implantação desses novos empreendimentos destinados ao interior do país. Ou seja, houve uma forte desconcentração metropolitana desses equipamentos que passaram a ser construídos e conseqüentemente postos em operação nas cidades pequenas, inter (médias) e médias, perfazendo um caminho nunca antes feito, capital-interior.

A política de descentralização da educação adotada pelo governo federal desde o início do presente século acarretou no processo de interiorização da educação no Brasil, sendo fortalecido pelas ações implantadas pela União (FERREIRA, 2010).

Acerca da importância das universidades presente nos territórios mais afastados dos grandes centros, Haddad (2018, p. 21) discorre que, “o processo de integração universidade-região em áreas menos desenvolvidas pode ser melhor percebido e visualizado por meio das experiências de desenvolvimento endógeno que vêm sendo implementadas na Itália, em Portugal, no Brasil e em outros países e regiões”. A partir do conceito de desenvolvimento endógeno o autor relata que esta temática é fomentada a partir da aptidão que determinada localidade possui de convergir forças políticas, sociais e econômicas com o propósito de desenvolver o local ou a região. Haddad (2018) vincula o processo de desenvolvimento local ao pensamento inconformista referente aos indicadores econômicos, sociais e ambientais.

No tocante ao caráter desenvolvimentista da educação, Carvalho (2017, p. 137 apud Barreto, Chacon e Nascimento, 2012) traz a seguinte passagem, “o acesso à educação cria condições favoráveis à propositura e consolidação do Desenvolvimento Sustentável, e conseqüentemente, da igualdade social, da liberdade, da ampliação de oportunidades”. Haddad (2018, p. 25) acrescenta que “as regiões não se desenvolvem sem bons governos, sem boas instituições e sem boa endogenia. Nesse contexto, se destacam as funções programáticas de ensino, pesquisa e extensão das universidades regionais.”

Serra et al (2018, p.33) é bastante enfático ao relatar que “não há novidade alguma no fato de as universidades contribuírem efetivamente para o desenvolvimento econômico das nações”. E no que concerne as regiões os autores destacam que estas possuem particularidades, ou seja, são heterogêneas, devendo o seu desenvolvimento ser estimulado e viabilizado, diminuindo a relevância das vantagens comparativas e incutindo na percepção local as vantagens construídas e criadas a partir do conhecimento e inovação emergentes das universidades. O capital humano² capacitado e o progresso tecnológico que

² Conjunto dos investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. O índice de crescimento do capital humano é considerado um dos indicadores do desenvolvimento econômico. O termo é usado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva

provêm das universidades potencializam economias regionais mais eficientes e dinâmicas (SERRA ET AL, 2018).

A incorporação da educação como parte da variável capital humano não é algo novo na literatura que versa acerca das teorias econômicas. Nessa toada, algumas teorias neoclássicas como as de Mincer (1958), Schultz (1961) e Becker (1964) buscaram dar destaque aos investimentos em educação, que surgem como responsáveis pela elevação da produtividade dos indivíduos e conseqüentemente a elevação da renda, proporcionando melhoria da economia como um todo. Para estes pesquisadores o capital humano/educação deveria ser analisado à luz das mesmas regras dos investimentos em capital físico, em virtude dos retornos a médio e longo prazo da produtividade econômica e das taxas de lucro do capital (BARBOSA FILHO; PÊSSOA, 2018). Romer (1986) e Lucas (1988) desenvolveram seus trabalhos buscando demonstrar que o aporte de recursos públicos e privados em capital humano, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e indústrias intensivas possuem a capacidade de gerar mudanças tecnológicas que acarretariam crescimento econômico (SERRA ET AL, 2018).

Urge esclarecer que o processo de implementação de um empreendimento público de educação federal, em cidades pequenas, do porte da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA, insere ao debate a necessidade do investimento em capital humano ser efetuado por parte do Estado, no caso brasileiro, por ser um país com proporções continentais e historicamente desigual, visando, dessa forma, a mitigação das desigualdades de renda, da acumulação intelectual e da desconcentração produtiva entre regiões.

A implementação de políticas públicas que estimulam a concepção desses fixos em cidades pequenas do semiárido potiguar com certeza demandam forte apoio das forças políticas, econômicas e da comunidade local, em virtude do possível efeito de encadeamento da economia que se pode ter em cidades dessa magnitude. Contudo, tal iniciativa faz com que a disputa política fique acirrada, pois os gestores municipais que tenham boas pretensões para com seus municípios e possuam algum plano de desenvolvimento para seus municípios entram na disputa para conseguir a instalação da instituição em seus territórios.

Sobre a constituição dos três campi fora da sede, Carvalho (2017, p. 150) relata que, “os campi de Angicos (2009), Caraúbas (2010) e Pau dos Ferros (2012) foram criados e implantados a partir de muita luta e negociação política entre as esferas local/regional e federal”. Carvalho (2017), por fim, infere que atuação conjunta, nem sempre harmônica, da comissão de criação dos campi, da Reitoria da UFRSA e das forças políticas do Rio Grande do Norte, foram determinantes para que o processo de constituição dos campi lograsse êxito.

Destarte, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFRSA) nasce para atender os anseios e demandas de uma enorme parcela da população que está localizada na região semiárida do estado do Rio Grande do Norte, áreas fronteiriças, entre outras. Surge da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) em Universidade Federal no ano de 2005, sob o nome que faz menção a região geográfica a qual está fincada, sendo um marco de

desenvolvimento para o estado, para a região Nordeste, assim como, para todo o país.

Araújo et al (2014, p. 552) discorre que a presença desses campi em cidades médias não somente tem um impacto imediato e significativo na vida cultural/intelectual, mas também dinamizam o comércio e os serviços locais.

Corroborando com a passagem exposta por Araújo (2014) e ampliando para a realidade das cidades pequenas, aqui estudadas, é perceptível a olho nu as transformações ocorridas pós-implantação dos campi principalmente no que consiste ao caráter urbano. Muito embora, essas alterações venham acontecendo de forma gradativa e heterogênea nessas cidades.

A partir da leitura do quantitativo populacional, as sedes dos municípios estudados nesta pesquisa podem facilmente ser classificadas como cidades pequenas conforme exposto em diversas correntes acerca da temática. Dessa forma, nas palavras de Corrêa (1999, p. 48), os centros que possuem menos de 50.000 habitantes são considerados pequenos. A quantidade de habitantes de uma cidade deve ser apenas um balizador para estabelecer diretrizes acerca de como classificá-las quanto ao tamanho, entretanto, que este não seja um critério isolado e rígido (ENDLICH, 2006). Sposito e Jurado da Silva (2013, p. 25) lembram que, o Brasil sendo repleto de cidades pequenas, exige do pesquisador cuidado ao estudá-las devido à heterogeneidade apresentada, pois é necessário evitar as generalizações durante as análises. No tocantes as cidades, Endlich (2009, p. 30) contribui a discussão quando diz que, “as pequenas cidades constituem espacialidades menos estudadas, e às vezes negligenciadas no âmbito acadêmico (...), não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana”.

Nesse contexto, Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN são cidades pequenas contempladas atualmente pelas políticas públicas federais de interiorização do ensino superior, pela implantação dos campi fora da sede da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

No que versam as teorias econômicas do desenvolvimento e seus significados, a instalação desse empreendimento educacional (fixo) nestas cidades pequenas, trazem ao cerne da discussão as teorias que compõem a Economia do Desenvolvimento, arcabouço conceitual que pondera estratégias com intuito à mitigação do subdesenvolvimento nos países e áreas periféricas. Isto é, como as teorias proferidas por Rosentein-Rodan (1943) com seu chamado Big Push onde seriam necessárias intervenções estatais a fim de promover a industrialização em várias frentes como medida de combate ao subdesenvolvimento. Nurkse (1952) atentando para mecanismos que estimulassem o crescimento do mercado interno. Perroux (1955) centrando suas ideias no conceito de “polos de crescimento”, onde seriam implantadas indústrias em localidades estratégicas que ao conseguirem prosperar emanariam desenvolvimento para sua hinterlândia gerando efeito de encadeamento. (SOUZA, 2008).

Para o caso do Brasil, especificamente na região Nordeste, Celso Furtado na transição da década de 1950 e 1960 defendia a participação ativa do Estado na Economia, promovendo investimentos em infraestrutura, industrialização, redistribuição de renda e reforma agrária como mecanismos de desenvolvimento econômico regional. Isso devido às discrepâncias/gap apresentados entre a região Centro-Sul e o Nordeste. Essa heterogenia entre as regiões não era só perceptível

nas metrópoles, mas também nas cidades médias e pequenas, tendo tal conotação até hoje. Destarte, a escassez de indústrias na região semiárida do estado do Rio Grande do Norte, excetuando-se o município de Mossoró/RN, implica na dependência dos investimentos públicos. Com base nisso as ações públicas são triviais para inserção, justiça social e consolidação destes municípios na rede urbana estadual.

3 CARACTERIZAÇÃO DE ANGICOS/RN, CARAÚBAS/RN E PAU DOS FERROS/RN

Como em grande parte da porção do semiárido brasileiro, as regiões que compreendem hoje os três municípios surgiram do movimento de circulação do capital mercantil, iniciado pela expansão pernambucana e baiana que adentraram do litoral para o interior a partir do séc. XVIII. Primeiro, pela expansão da pecuária, através dos chamados caminhos do gado e, depois, com a expansão da produção algodoeira. A respeito do setor algodoeiro, Clementino (1995, p. 74) relata que, após o ano de 1888 o cultivo do algodão foi expandido para o sertão, onde a partir dessa data até a década de 1970 o algodão tornou-se o produto mais exportado e polarizou a economia do Estado do Rio Grande Norte, que tinha outrora como um dos produtos-chave a cana-de-açúcar.

Prado Júnior (2004, p.63) relata o seguinte a respeito do povoamento do interior:

[...] Donde também um comércio, afora a condução de gado, pouco intenso, resultando daí aglomerações urbanas insignificantes e largamente distanciadas umas das outras. Mas dentro desta baixa densidade demográfica geral, o povoamento se concentra mais em algumas áreas. Os fatores naturais, em particular o da água, tão preciosa neste sertão semi-árido, têm aí um papel relevante.

Com a crise da economia algodoeira nos anos de 1970 e da pecuária, já constituída de uma grande quantidade de cidades pequenas com baixo quantitativo populacional, a região semiárida potiguar perdeu importância na produção dos seus principais produtos agrícolas. Isso no contexto das características físico-climáticas do semiárido, com baixa incidência de chuvas, ocorrências cíclicas das secas, aliadas à ausência de políticas públicas de convivência com o semiárido e de um plano de desenvolvimento econômico regional/nacional, fez com que até os dias atuais diversos problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais se mantenham.

Quanto às características físicas e climáticas apresentadas no espaço onde as cidades aqui estudadas se encontram, Silva (2007) verifica a presença dos seguintes fatores: i) aridez do clima; ii) baixas médias pluviométricas; iii) solo pobre em matéria orgânica; v) imprevisibilidade das precipitações; v) forte evapotranspiração; vi) baixa capacidade de absorção de água pelo solo em determinadas áreas; vii) presença do bioma da caatinga. Não obstante, Ab'Saber (2003) disserta que a média pluviométrica da região semiárida varia entre 260 e 800 mm ano.

Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros são municípios nos quais as paisagens urbanas e rurais se misturam, sendo dessa forma difícil categorizar com precisão a

área de transição da zona rural (campo) e da zona urbana (cidade) sem se valer da demarcação do perímetro urbano estabelecido por meio de lei municipal.

A seca apresenta-se como uma das características mais marcantes quando se fala do Nordeste ao modo de ver das outras regiões do Brasil. Fortalecido pelo discurso midiático e político que descreve à região como subdesenvolvida, estereotipando sua população. Estes aspectos, com ênfase na ausência de chuvas, ancoram discursos políticos que objetivam o apoio popular, e vão se propagando por várias décadas, permitindo que os próprios nordestinos se considerem na condição de subalternidade, principalmente econômica.

Apesar do semiárido nordestino ser uma das regiões que possui o clima semiárido com maior capacidade de armazenamento de água do mundo, seus reservatórios são a céu aberto, além de não haver manutenção periódica para desassoreamento e recuperação de matas ciliares, o que facilita a evapotranspiração que, de acordo com Malvezzi (2007) é três vezes maior do que os índices de precipitação. Nos últimos anos as estratégias encontradas pelos governantes para estabelecer um grau de normalidade no abastecimento de água podem ser vistas pela implantação de adutoras emergenciais de engate rápido, carros-pipa e perfuração de poços.

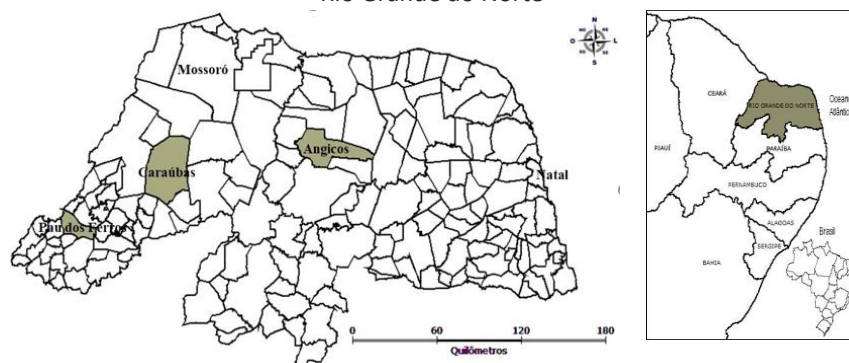
Esse cenário de escassez de água acaba sendo uma variável a ser considerada, senão uma das mais importantes, quando constatado o baixíssimo quantitativo de investimentos produtivos instalados nesse território, acreditando-se que tal escassez seja uma das variáveis que “repele” os grandes investimentos industriais. Tal afirmação ratifica a percepção de que sem o direcionamento de investimentos públicos e privados propícios ao desenvolvimento destas cidades pequenas do interior do país não será fácil promover uma melhoria sustentada do bem-estar da população.

Localizados no território do Estado do Rio Grande do Norte, no semiárido brasileiro, os três municípios supracitados, alvo deste estudo, possuem baixo quantitativo populacional, onde juntos somam uma população de aproximadamente 58.870 habitantes, sendo em média 83% da população no perímetro urbano e 17% na zona rural (IBGE, 2010).

Os municípios ora estudados são partes integrantes do território norte-rio-grandense, que possui ao todo 167 municípios, sendo 147 localizados na região semiárida do estado (SUDENE, 2017). A população total estadual de 3.168.027, sendo constituída de 703.036 nas áreas rurais, cerca 22% do total e a população das áreas urbanas de 2.464.991, representando 78%. Desse quantitativo populacional aproximadamente 1.403.292 residem na região fora do semiárido, próximos da capital Natal/RN, ou seja, 44% da população estadual encontra-se distribuída em apenas 20 municípios (IBGE, 2010).

Caraúbas e Pau dos Ferros estão localizados na mesorregião do Oeste Potiguar, que é composta pelas microrregiões da Chapada do Apodi, Médio Oeste, Mossoró, Pau dos Ferros, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Açu, totalizando 62 municípios. Já Angicos está localizada na mesorregião Central Potiguar, que é composta pelas microrregiões de Angicos, Macau, Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Serra de Santana, abrangendo um total de 37 municípios.

Mapa 1: Localização dos Municípios Alvos do Estudo no Mapa Político-Administrativo do Rio Grande do Norte



(2010). Elaborado pelo Autor.

Fonte: Mapa Base IBGE

Angicos tem seu território inicialmente ocupado por fazendas de criação de gado as margens do rio Pataxó ou Angicos, na zona central do estado. O nome Angicos faz referência a uma árvore chamada angico de grande porte muito comum na região Norte do país. Angicos surgiu a partir do desmembramento do território de Assú/RN, entretanto, em 13 de outubro de 1936, por meio da Lei nº 20 da esfera estadual, Angicos/RN recebeu o status de cidade (PREFEITURA DE ANGICOS, 2017). A cidade de Angicos/RN está localizada a 180 km da capital estadual Natal/RN, tendo como principais acessos a BR-304, a RN-263 e a RN-042.

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), Angicos possuía uma população de 11.549 habitantes distribuídos numa extensão territorial de 741,584 km, inserida na microrregião que leva seu próprio nome. Frisa-se, também, que a referida cidade encontra-se a uma distância de aproximadamente 101 km da capital regional Mossoró/RN, cidade do câmpus central da UFERSA.

Angicos foi a primeira cidade a receber um câmpus da UFERSA fora da sede Mossoró, no ano de 2009. O câmpus da UFERSA em Angicos conta com 133 servidores, sendo eles 91 docentes e 42 técnicos-administrativos. Oferta cinco cursos de graduação, são eles: Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Pedagogia, Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Computação. Segundo os dados da Divisão de Registro Escolar da UFERSA para o semestre 2017.1, cerca de 1.343 alunos estavam matriculados (UFERSA, 2018).

O município de Caraúbas/RN também tem sua ocupação advinda da necessidade de exploração do território pelo colonizador, para tanto, o desenvolvimento inicial adveio do estabelecimento de fazendas que criavam gado na região. Estabelecida primitivamente na margem direita de um afluente do rio Apodi, o nome Caraúbas faz referência a grande quantidade de caraúba (ipê amarelo) presente na área (PREFEITURA DE CARAÚBAS, 2017). Caraúbas tornou-se cidade apenas no ano de 1914 (IBGE, 2017). Caraúbas/RN está localizada a 312 km da capital estadual Natal, tendo como principal acesso a RN-233 e a RN-117. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), Caraúbas possuía uma população de 19.576 habitantes distribuídos numa extensão territorial de 497,204 km, inserida na Microrregião da Chapada do Apodi. Por sua vez, a referida cidade encontra-se a uma distância de aproximadamente 79 km da capital regional Mossoró/RN, cidade do câmpus central da UFERSA.

A cidade de Caraúbas foi a segunda a receber um câmpus fora da sede Mossoró, no ano de 2010. O câmpus da Ufersa em Caraúbas hoje conta com 148 servidores, sendo eles 94 docentes e 54 técnicos-administrativos. Oferta sete cursos de graduação, são eles: Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Letras (Inglês), Letras (Libras) e Letras (Português). Segundo os dados da Divisão de Registro Escolar da Ufersa para o semestre 2017.1, cerca de 1.340 alunos estavam matriculados (Ufersa, 2018).

A ocupação do território paufferense pelo colonizador teria ocorrido a partir de incursões no século XVII de importantes proprietários de terras advindos da Bahia que já possuíam terras no Ceará e em outras partes do Rio Grande do Norte e investidas pernambucanas oriundas do litoral. Assim como em grande parte das terras do sertão, a fixação na área que hoje compreende o município de Pau dos Ferros foi destinada inicialmente as atividades pecuárias, com intuito de ocupar e desenvolver o local e seu entorno (IBGE, 2017). Segundo consta nos dados do IBGE, ratificados na tradição local e nas palavras do escritor Luiz da Câmara Cascudo, o nome Pau dos Ferros foi originado quando os vaqueiros que cortavam os sertões tangendo o gado repousavam nas sombras das oiticicas que beiravam uma pequena lagoa na região e marcavam essas árvores com o ferro de marcar o gado, com o propósito de tornar as fazendas donas das criações conhecidas e facilitando a identificação do gado que fugiu ou se desgarrou (IBGE, 2017). No que consiste a formação administrativa do território, Pau dos Ferros galgou o status de cidade no ano de 1924 através de lei estadual.

Pau dos Ferros está localizada a 392 km da capital estadual Natal, tendo como principal acesso o entroncamento da BR-222 e BR-405 e a RN-177. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), Pau dos Ferros possuía uma população de 27.745 habitantes distribuídos numa extensão territorial de 259,959 km, inserida na microrregião que leva seu próprio nome. Em virtude da distância dos grandes centros urbanos tornou-se uma espécie de polo regional, localizada em uma zona de tríplice fronteira estadual, concentrando serviços diferenciados das demais cidades pequenas. Acrescenta-se que, a referida cidade encontra-se a uma distância de aproximadamente 150 km da capital regional Mossoró/RN, cidade do câmpus central da Ufersa, sendo a cidade com o câmpus mais longe da sede.

A cidade de Pau dos Ferros foi à última a ser beneficiada com um câmpus da Ufersa. O câmpus da Ufersa em Pau dos Ferros hoje conta com 120 servidores, sendo eles 78 docentes e 42 técnicos-administrativos. Oferta sete cursos de graduação, são eles: Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Bacharelado em Tecnologia da Informação. Segundo os dados da Divisão de Registro Escolar da Ufersa para o semestre 2017.1, cerca de 1.177 alunos estavam matriculados (Ufersa, 2018).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

O método científico é segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 24), “(...) um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podemos dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento”.

Nesse contexto, “a pesquisa social pode decorrer de razões baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação para agir” (GIL, 2008, p. 26).

A pesquisa foi consubstanciada por meio dos métodos histórico e comparativo, adentrando em um nível descritivo e utilizando procedimentos de pesquisa documental. Adotou-se a natureza mista com mecanismos quantitativos e qualitativos onde Gray (2010, p. 166 apud CRESWELL et al., 2003, p. 212) discorre que, “a coleta ou a análise de dados quantitativos e qualitativos em um único estudo, no qual os dados são coletados de forma concomitante ou sequencial, recebem prioridade e envolvem a integração de dados em uma ou mais etapas no processo de pesquisa”.

4.1 Procedimentos metodológicos

A princípio foi feita uma explanação e recapitulação (revisão da literatura) dos conceitos de desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Logo após, feita a caracterização contemplando a formação histórica dos municípios, localização espacial e geográfica, fatores econômicos e sociais.

No que concerne ao aporte das variáveis foram utilizados dados secundários, indicadores e estatísticas dos bancos de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em seguida os dados foram tratados e organizados a fim de mostrar a real oscilação, evolução ou involução dos indicadores municipais e indicadores de bem-estar social no período que compreende os anos de 1991 a 2017.

Para análise e elaboração dos mapas temáticos utilizou-se o software TerraView versão 4.2.2.

4.2 Variáveis utilizadas para análise

O Produto Interno Bruto (PIB) como medida de mensuração da atividade econômica dos países/localidades teve seus valores retirados da base Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foi utilizado como variável principal na busca de traçar o panorama econômico atual dos municípios. Contudo, para o procedimento de análise da evolução ou involução do Produto Interno Bruto Municipal o IBGE disponibiliza os valores nominais do PIB municipal, e na busca pelo PIB real utilizou-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como deflator.

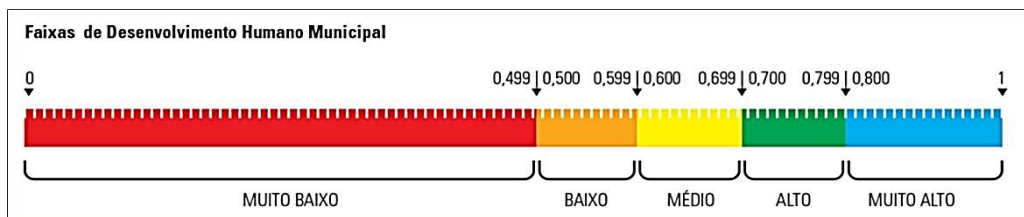
A dinâmica do orçamento público municipal foi incorporada à análise com o intuito de revelar o comportamento das receitas e despesas, evidenciando-se os escassos recursos e eventuais superávits e déficits.

Outra variável utilizada nesta pesquisa foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) retirado das bases do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil proveniente da parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro com intuito de adaptar a metodologia do IDH para realidade dos municípios brasileiros. Todavia, o IDHM possui as mesmas variáveis analisadas pelo IDH, só que com pequenas adaptações à malha e fontes de informações dos

municípios. Dessa forma, é composto pelas três variáveis: Longevidade; Educação; e Renda per capita. Tendo o intervalo de 0 (zero) a 1 (um) com variação, onde quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento e quanto mais próximo de zero, menor o desenvolvimento apresentado na localidade analisada.

A Figura (1) exhibe os graus de classificação do índice, ou seja, após a aferição e desenvolvimento do cálculo, tem-se subsídios para ranquear e diagnosticar em qual situação de desenvolvimento se encontra o município no período analisado.

Figura 1: Faixa de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Por fim, insere-se as análises o Índice de Gini criado como instrumental para auferir o grau de concentração de renda em determinado grupo. O índice de GINI tem como escopo medir o nível de desigualdade de renda, ou seja, o grau de concentração e, considera um espectro de variação entre 0 (zero) e 1 (um), onde 0 corresponde à completa igualdade de renda, onde todos os indivíduos de um determinado território analisado possuem a mesma renda, e, 1 corresponde à completa desigualdade, onde uma pessoa/grupo detêm toda a renda e as demais nada têm (IPECE, 2012).

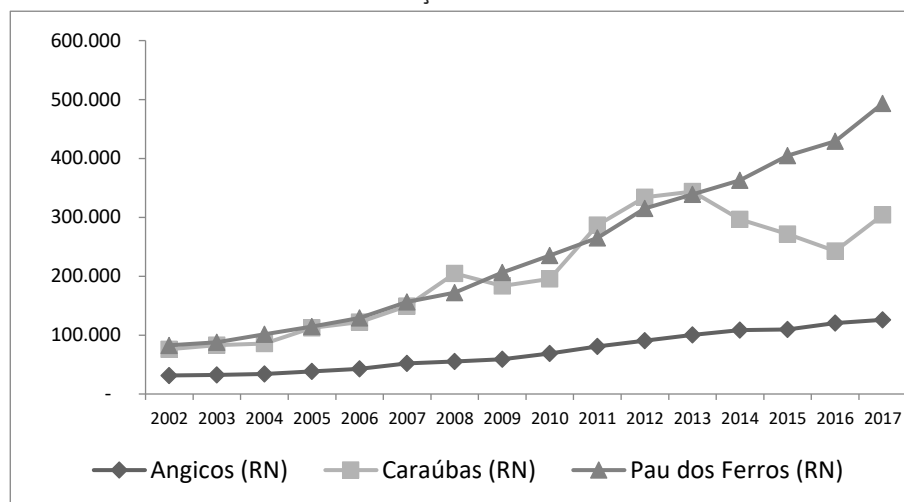
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Economia

Para os municípios alvos do presente estudo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio de suas bases de dados possibilita a captura do PIB a preços correntes, no qual este faz referência apenas à produção ocorrida no ano analisado, não servindo para avaliar se houve crescimento entre os anos da série. Contudo, os dados da série histórica do PIB a preços correntes municipal servem, no entanto, para que seja visualizado e comparado ano a ano o nível de atividade econômica entre eles e fique perceptível suas tendências.

O Gráfico (1) evidencia que os municípios de Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN apresentaram produto superior ao do município de Angicos/RN, ano-a-ano, demonstrando maior nível de atividade econômica. Do ponto de vista do PIB a preços correntes, os municípios de Angicos/RN e Pau dos Ferros/RN apresentaram crescimento dos valores nominais ao longo da série. Por outro lado, o município de Caraúbas/RN apresentou uma dinâmica de muita oscilação em determinados anos, queda brusca e recuperação no final da série.

Gráfico 1: PIB a Preços Correntes 2002-2017



Fonte: IBGE (2019) – Elaborado pelos autores.

Pode-se visualizar por meio da Tabela (01) as taxas de crescimento do PIB Municipal em que se tomou como base o ano de 2017. No âmbito dos dados expostos na referida tabela, percebe-se a dinâmica da taxa real do PIB dos três municípios analisados, tais variações perpassam por quatro governos de presidentes diferentes. Evidencia-se, também, a grande variação apresentada ano a ano da taxa real, levando a crer que a economia local é amplamente conectada com economia do país, sendo bastante suscetível as políticas econômicas vigentes. Ou seja, nas economias locais são poucos e/ou inexpressíveis os fixos produtivos existentes que possam a capacidade de manter a dinâmica econômica sustentada, com viés de crescimento, quando do momento de dificuldade/recessão ocorrida na economia regional e nacional.

Tabela 1: Taxa de Crescimento Real do PIB 2003-2016

ANO	Angicos (RN)	Média (%)	Caraúbas (RN)	Média (%)	Pau dos Ferros (RN)	Média (%)
2003	-5,93%		0,02%		-2,97%	
2004	-1,80%	1,72%	-4,39%	6,26%	7,36%	5,17%
2005	6,87%		24,00%		7,02%	
2006	7,75%		5,41%		9,26%	
2007	15,49%		17,25%		15,84%	
2008	0,50%	7,10%	29,38%	8,31%	4,11%	10,64%
2009	2,67%		-13,96%		14,96%	
2010	9,73%		0,59%		7,64%	
2011	10,26%		37,71%		5,63%	
2012	5,97%	5,70%	10,06%	6,71%	12,40%	5,06%
2013	5,13%		-2,93%		1,55%	
2014	1,42%		-18,98%		0,67%	
2015	-8,56%		-17,12%		0,78%	
2016	3,31%	-0,99%	-15,94%	-3,82%	-0,28%	4,05%
2017	2,27%		21,60%		11,65%	

Fonte: SIDRA (IBGE, 2019). Adaptado pelo autor.

* Cálculo com base na disponibilidade de dados do respectivo órgão: foi utilizado para os anos de 2003 a 2017, o Produto Interno Bruto a preços correntes; Usou-se como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (93=100), publicado mensalmente pelo IBGE. Os valores foram deflacionados com base no índice do ano de 2017.

É de extrema importância situá-los no cenário estadual a fim de deixar claro como estes contribuíram/contribuem para composição do PIB estadual e seu posicionamento no ranking. Por meio da Tabela (2) fica perceptível a reduzida importância desses municípios em termos econômicos (produção de riqueza) para com o todo estadual. Os dados elencados e tabelados também demonstram a falta de planejamento e políticas de ordenamento do território, principalmente no que consiste a ramificação ou dispersão dos investimentos produtivos no território estadual. Deixando evidente que três municípios (Mossoró, Natal e Parnamirim) juntos são responsáveis por 54% da produção de riqueza do estado e respondem por cerca de 41% da população do estado (IBGE, 2017). Pau dos Ferros dentre as cidades que possuem câmpus da UFERSA, exceto a sede, é a que melhor ficou ranqueada no ano de 2017, ocupando a décima oitava colocação.

Tabela 2: Ranking/Participação no PIB Estadual 2002-2017

ANO	Angicos (RN)	Ranking RN	Caraúbas (RN)	Ranking RN	Pau dos Ferros (RN)	Ranking RN
2002	0,23%	47º	0,56%	22º	0,61%	20º
2003	0,22%	49º	0,56%	24º	0,59%	23º
2004	0,20%	49º	0,50%	28º	0,59%	21º
2005	0,19%	50º	0,56%	24º	0,57%	22º
2006	0,19%	52º	0,53%	26º	0,56%	24º
2007	0,20%	49º	0,57%	24º	0,59%	21º
2008	0,19%	50º	0,71%	17º	0,60%	21º
2009	0,19%	51º	0,59%	20º	0,67%	18º
2010	0,19%	50º	0,54%	24º	0,65%	19º
2011	0,20%	52º	0,70%	16º	0,65%	22º
2012	0,19%	52º	0,72%	17º	0,68%	20º
2013	0,20%	51º	0,67%	19º	0,66%	21º
2014	0,20%	54º	0,55%	24º	0,67%	20º
2015	0,19%	55º	0,47%	29º	0,71%	21º
2016	0,20%	48º	0,41%	31º	0,72%	18º
2017	0,20%	57º	0,47%	32º	0,77%	18º

Fonte: SIDRA (IBGE, 2020). Adaptado pelos autores.

Ao associar as informações contidas na Tabela (1) com as informações contidas na Tabela (2), tendo como pressuposto a criação dos campi nos seguintes períodos Angicos (2009), Caraúbas (2010) e Pau dos Ferros (2012), pode-se notar que o indicador econômico de Angicos e Pau dos Ferros registrou variação positiva ao longo da série, mantendo correlação positiva com o indicador econômico do país. Por outro lado, Caraúbas apresentou forte variação da taxa real de crescimento, acumulando taxas negativas a partir de 2013. Essa tendência negativa foi puxada pelo recuo da atividade industrial no município. Credita-se que tal impacto na atividade industrial tenha se dado em detrimento da crise no setor de castanha de caju que foi impactado pelo longo período de estiagem, surgimento de pragas e doenças nas plantas. Isto posto, Caraúbas foi o município que apresentou menor correlação, dentre os estudados, com a atividade econômica do país.

Tabela 3: Correlação PIB nominal Brasil, Rio Grande do Norte e Municípios

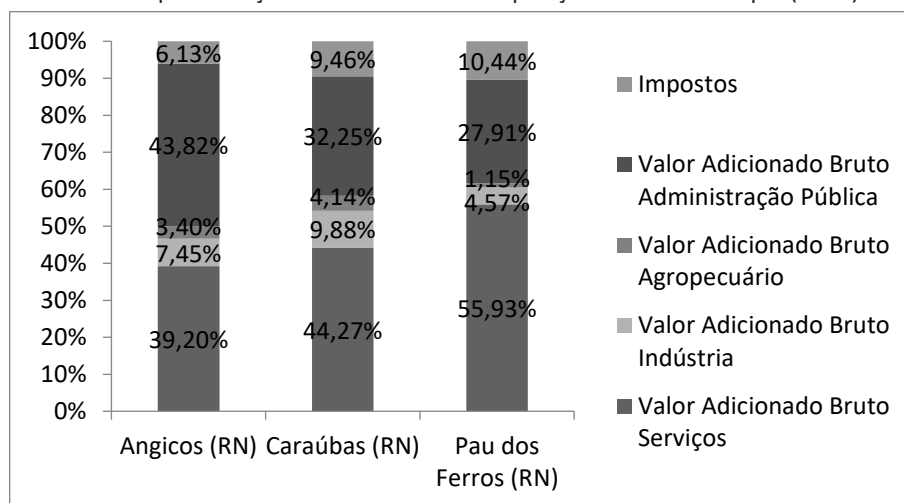
VARIÁVEIS	R ²
CORRELAÇÃO (BR-RN)	0,9926
CORRELAÇÃO (BR-ANG)	0,9677
CORRELAÇÃO (BR-CAR)	0,6479
CORRELAÇÃO (BR-PDF)	0,9497
CORRELAÇÃO (RN-ANG)	0,9717
CORRELAÇÃO (RN-CAR)	0,6480
CORRELAÇÃO (RN-PDF)	0,9590

Fonte: SIDRA (IBGE, 2020). Adaptado pelos autores.

O R² mostra o quão forte é a relação entre as variáveis, dessa forma, indicando quais as variáveis analisadas possuem forte correlação.

Por meio do Gráfico (02) pode-se compreender a participação dos setores na composição do PIB total dos municípios. O setor de serviços é o que apresenta maior participação no produto da economia, colaborando para manutenção e expansão das atividades econômicas, onde a variável Serviços se divide entre os serviços da administração pública e os privados.

Gráfico 2: Representação dos Setores na Composição do PIB Municipal (2017)



Fonte: SIDRA (IBGE, 2020). Elaborados pelos autores.

Os municípios de Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN têm suas maiores rendas provenientes do setor terciário, compreendido por comércio e serviços, já o município de Angicos/RN tem no valor adicionado dos serviços públicos a maior parte da composição do seu produto municipal.

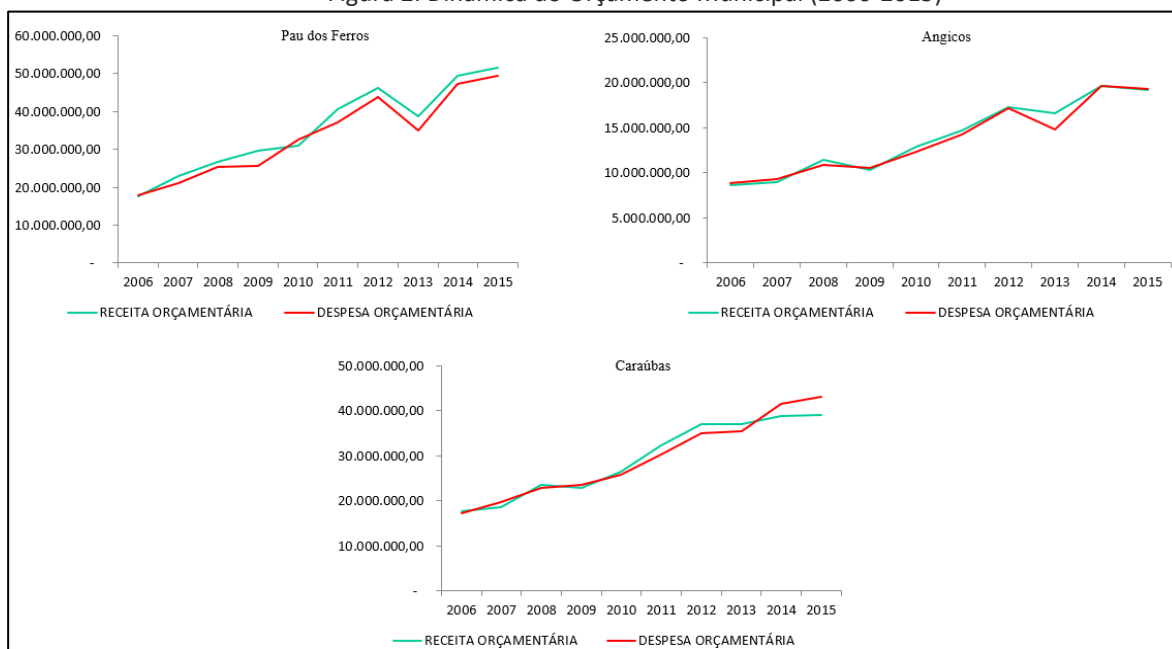
Diante do cenário apresentado, enfatiza-se o baixíssimo índice de industrialização nas cidades pequenas e inter (médias) da região semiárida do Rio Grande do Norte, sendo as indústrias existentes e cadastradas produtoras em sua grande maioria de bens de consumo não duráveis, como exemplo, produtos alimentícios (FIERN, 2017). O setor agropecuário que já foi em alguma parte do tempo passado o carro chefe da economia regional, inicialmente fomentado pelo binômio gado-algodão, hoje tem baixíssima representação no PIB dos municípios analisados, essa situação foi consolidada pelos inúmeros períodos de estiagem apresentados no passado recente que impactaram na escassez de água, isso tudo ocorrido em virtude da falta de políticas públicas de convivência com a seca para

o Semiárido e na falta de um projeto de nação concomitante com um plano regional de desenvolvimento.

5.2 Contas públicas

municípios tornando a análise mais próxima da realidade possível, entende-se como condição sine qua non a necessidade de averiguação e comportamento do orçamento público municipal, sendo este o instrumento de planejamento governamental onde constam as despesas e as receitas. Através da figura (2) percebe-se que os municípios estudados trabalham com orçamentos apertadíssimos em virtude do baixo poder de arrecadação. Contudo, em termos nominais os municípios demonstram forte oscilação durante a série, com anos de superávit e anos com déficit.

Figura 2: Dinâmica do Orçamento Municipal (2006-2015)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2017). Elaborado pelos autores.

Com base em dados que vão de 2006 até 2010, 94% dos mais de cinco mil municípios brasileiros têm nas transferências do governo federal pelo menos 70% de suas receitas correntes, e 83% não conseguem gerar nem 20% de suas receitas (CORRÊA, 2012). Grosso modo, as prefeituras, em sua grande maioria, são incapazes de se autofinanciar apenas com a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e taxas, ou seja, de honrar suas despesas apenas com recursos próprios.

O baixo poder de arrecadação da grande maioria das prefeituras dos municípios do semiárido nordestino, a rotatividade dos servidores e a dependência destas para com os repasses efetuados pelos governos estadual e federal inibem e travam o desenvolvimento econômico local.

5.3 Indicadores sociais

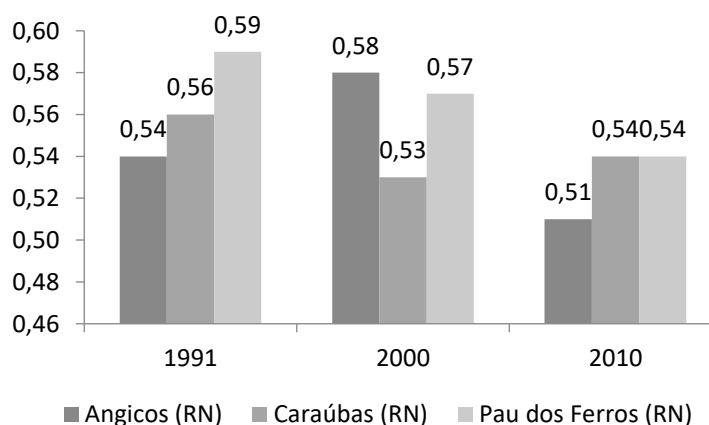
Os índices e demais instrumentos metodológicos utilizados para aferirem as alterações relacionadas ao bem-estar populacional, procuram sinalizar o quão determinada localidade está melhor ranqueada que as outras, ao passo que, demonstra determinadas melhorias no cotidiano das pessoas.

Dessa forma, o Índice de Gini utilizado nesta pesquisa tem como objetivo mostrar o comportamento da concentração de renda nos municípios de Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN referente às últimas décadas, tendo como base os valores dos três últimos censos realizados pelo IBGE.

O Gráfico (4) que elenca os dados do Gini municipal aferido, demonstra que ambos os municípios possuem valores elevados para o referido índice, demonstrando que há alta desigualdade de renda. Os valores percebidos para os municípios não destoam da média nacional, pois o país como um todo apresenta forte concentração de riqueza e desigualdade de renda entre os estratos sociais. Heranças de um país historicamente heterogêneo, marcado pelas disparidades de oportunidades no que consistem as pessoas e os territórios. Pouquíssimas pessoas têm acesso irrestrito a recursos financeiros, justiça, saúde e poder e pouquíssimos territórios são privilegiados com investimentos públicos e privados de qualidade, infraestrutura urbana, emprego, dentre outros.

Por fim, os dados apresentados no Gráfico (04) revelam discreta redução das desigualdades durante o período analisado. Essa redução apresentada tem relação direta com as políticas adotadas pelo governo federal na primeira década do presente século, onde houve o aumento do emprego formal, aumento da renda e por consequência aumento do consumo das famílias.

Gráfico 4: Índice de Gini Municipal (1991, 2000, 2010)



Fonte: IBGE – Censos 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelo Autor.

O indicador de desenvolvimento humano mede o nível de bem-estar da população de uma localidade a partir do comportamento de determinadas variáveis buscando dar um enfoque mais amplo e assim captar aspectos qualitativos, com uma abordagem mais no ser humano e nas circunstâncias determinantes do bem-estar social e econômico (LEMOS, 2012).

É necessário frisar que o IDHM não abrange todas as variáveis que poderiam explicar um ótimo bem-estar da população, assim como, não representa a

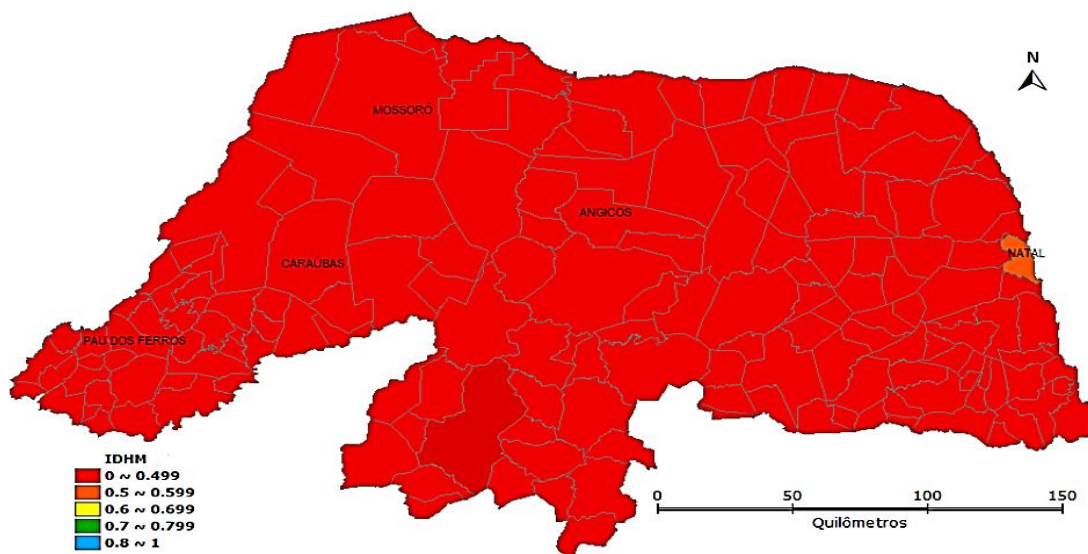
felicidade das pessoas e, também, não recomenda por meio dos valores aferidos que tal localidade é melhor ou pior para se viver.

A região Nordeste apresentou no que consistem as metodologias dos indicadores socioeconômicos, razoável melhoria nas últimas três medições (1991, 2000 e 2010). A evolução dos indicadores no sentido de exprimirem melhorias no cotidiano da população requer do pesquisador parcimônia e senso crítico na hora de ratificar qualquer diagnóstico, pois a desigualdade social, a miséria e a impossibilidade de acesso aos serviços e bens triviais, como educação, saúde e segurança para uma camada representativa da população brasileira e nordestina ainda é bastante relevante.

Porém, por meio dos dados e estudos concretizados pelos órgãos públicos e demais instituições/pesquisadores, é perceptível que houve melhoria social no sentido de desenvolvimento humano, para tanto, Araújo (2014) descreve o seguinte,

O resultado no Nordeste é visível. A redução da miséria foi de fato uma das mudanças mais relevantes observadas nos anos recentes. O momento recente de seca prolongada mostrou o impacto dessa melhoria: não se falou em saques a supermercados ou em cenas de mendicância nas estradas, como em momentos anteriores.

Mapa 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Rio Grande do Norte (1991)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal, 2017 – Elaborado pelos autores com auxílio do software TerraView 4.2.2.

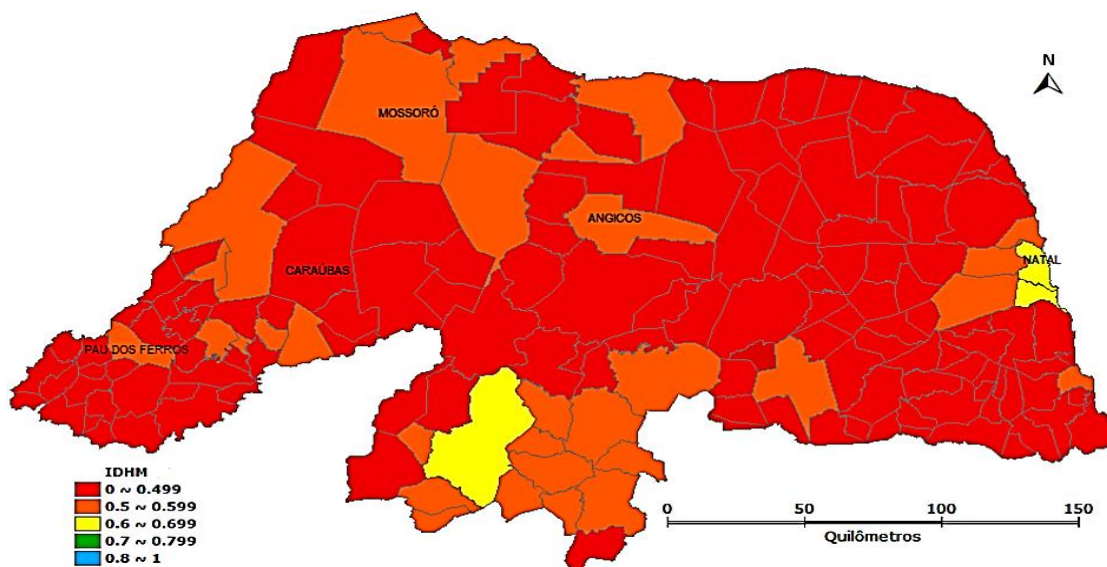
Por meio do Mapa (2) pode-se perceber o porquê de o Nordeste ser estereotipado como região do baixo desenvolvimento e da miséria até as últimas décadas recentes. De acordo com a escala de cores estabelecida no índice, o vermelho explícito do mapa, nada mais é do que a representação de um estado com níveis de desenvolvimento humano e socioeconômico dos mais baixos possíveis.

A escala de medição do IDH demonstra isso, onde no total de 167 municípios, apenas o município de Natal apresentou incipiente vantagem em relação aos

demais. Dessa forma, os 166 municípios incluindo os municípios de Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN estavam na classificação de desenvolvimento Muito Baixo. Esses alarmantes valores expostos pelo IDH na medição de 1991, são credenciados pelo nivelamento das variáveis, todavia, das três variáveis analisadas pelo IDHM a variável Educação, que representa o total de anos que os indivíduos dedicam aos estudos formais, é com certeza a pior dentre elas quando analisados os três municípios concomitantemente. Vindo em seguida a renda per capita, seguida da variável longevidade ou expectativa de vida.

Na segunda medição considerada nesta pesquisa, referente ao ano de 2000, alguns municípios apresentaram melhoria no indicador. Contudo, o Mapa (3) deixa visível que os municípios de Angicos/RN e Pau dos Ferros/RN melhoraram de classificação, saindo de Muito Baixo para Baixo desenvolvimento humano. Enquanto o município de Caraúbas permaneceu na classificação antiga. Este cenário é muito preocupante, pois significa inferir que no período de praticamente dez anos, a situação e as dinâmicas destes permaneceram basicamente inalteradas, ou seja, foram destinadas ou implementadas pouquíssimas políticas públicas com vistas ao desenvolvimento desses territórios. O ranking das variáveis para a medição do ano de 2000 manteve-se igual, com a Escolaridade sendo a pior dentre as três, seguida pela Renda per capita, e, tendo na Longevidade a variável melhor ranqueada.

Mapa 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Rio Grande do Norte (2000)



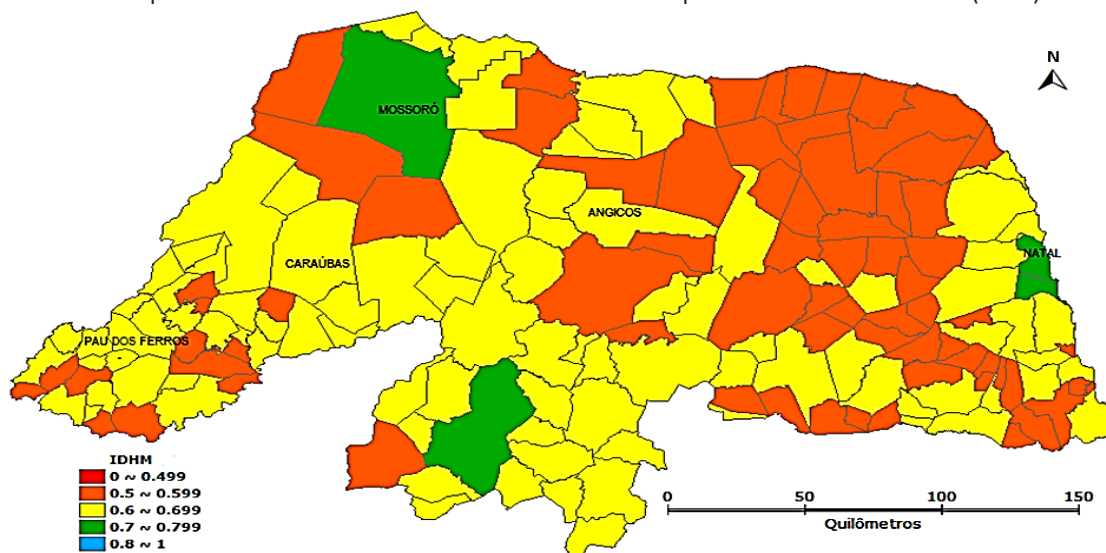
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal, 2017 – Elaborado pelos autores com auxílio do software TerraView 4.2.2.

A aferição do índice para o ano de 2010 já denotou melhorias a nível estadual, deixando o Mapa (4) mais claro, sinal dos avanços alcançados por meio de políticas públicas setoriais como a de educação, saúde e políticas de transferência de renda. Os efeitos podem ser visualizados através do Mapa (4) onde não mais se verifica municípios na classificação Muito Baixo, muito embora, a maioria ainda esteja na classificação Baixo e Médio.

Os municípios ora estudados também galgaram para um patamar melhor durante esses dez anos, onde todos encontravam-se até à última medição do índice na categoria de Médio desenvolvimento. Caraúbas dentre os municípios

analisado era o que apresentava menor IDH no início da série, mas no ano de 2010 conseguiu galgar um melhor situação, sendo a melhora na expectativa de vida a responsável por esse novo status, onde a variável em questão apresentou um crescimento de 21%, tornando-se determinante para melhora do índice como um todo. Tal evolução pode ser creditada ao maior acesso as informações e disponibilidade de equipamentos de saúde pública, prevenção de doenças e melhora do nível de renda.

Mapa 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Rio Grande do Norte (2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal, 2017 – Elaborado pelos autores com auxílio do software TerraView 4.2.2.

No que consiste ao ranqueamento das variáveis, a sequência se manteve igual, sendo a Longevidade responsável pelos melhores resultados, seguida da variável Renda e por último a Escolaridade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação do presente estudo contemplou a realidade das cidades pequenas, cravadas na região semiárida do Nordeste brasileiro, procurando demonstrar que estes pequenos nós urbanos são importantes para a conformação urbano-regional e parte integrante da rede urbana do país.

A criação de um empreendimento público educacional (fixo) no território destes municípios é fruto de intensa mobilização das forças políticas, econômicas e populares, pois credita-se que tal investimento tem forte poder de encadeamento da economia local, atração de fluxos que podem proporcionar externalidades positivas, além do que reduz a migração dos municípios naturais das referidas cidades.

Diante do exposto, conclui-se pela análise dos dados que a economia local dos municípios estudados tem forte correlação com o comportamento da economia nacional. Isso implica dizer que, se a economia do país apresenta crescimento a economia local dos municípios acompanham essa trajetória, o oposto também

ocorre. Esse indicador demonstra que as economias dos municípios ainda não possuem um “trunfo” consolidado, ou seja, uma atividade econômica que mantenha a economia local sustentada em momentos de recessão a nível nacional.

O investimento público realizado que se materializou na implantação dos campi destes municípios provocou alterações na conformidade urbana, maior fluxo de pessoas, mercadorias e rendas. Contudo, ao que parece, baseado nos presentes indicadores, estes investimentos ainda não foram maturados a ponto de se tornarem imãs que possibilitem a atração de equipamentos ou investimentos particulares de grande porte que possam utilizar o capital humano formado na instituição. É de extrema importância e necessidade deixar registrado que talvez o encadeamento e/ou desenvolvimento esperado esbarre nas condições geográficas, climáticas e econômicas.

Espera-se que a próxima aferição dos indicadores econômicos e sociais apresentem e exponham melhorias significativas, dada a implantação da UFERSA, do IFRN e demais instituições de ensino nestas cidades pequenas. No pior dos cenários aguarda-se no mínimo a manutenção, pois pensar em involução seria algo desastroso para o Estado, para o país e para a população local que sofre os impactos desses atrasos.

Small towns of the Potiguar Semi-arid: analysis of the socioeconomic dynamics of Angicos/RN, Caraúbas/RN and Pau dos Ferros/RN

ABSTRACT

The process they call economic development occurs in a heterogeneous way between nations/regions due to geographical conditions, their economic and social formations, lack of public policies and misalignment with the global economy. In the Brazilian case, the development process between the North/Northeast and Central-South regions presents strong discrepancies where the gap of investments, productive activities and availability of goods and services is historically greater in the second region. Studies indicate that in the period that comprises the years 2003 to 2015, sectoral public education policies encouraged the internalization of federal public education, transforming the reality of the municipalities established in the semiarid region of northeastern Brazil through the creation of fixed ones that believe they have the capacity to chain local economies. This article seeks to analyze the recent socioeconomic dynamics of the municipalities of Angicos/RN, Caraúbas/RN and Pau dos Ferros/RN, as well as their rebates at the local level in order to create a theoretical framework on these small towns embedded in the Brazilian semi-arid. The study used secondary data, documentary research and the comparative method in order to analyze the economic, social and inequality indicators of the listed municipalities. The results suggest oscillation in economic indicators during the analyzed series and show a timid but significant improvement in well-being indicators.

KEYWORDS: Small town; Semiarid; Development; Public University.

REFERENCES

AB'SABER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ARAÚJO, T. B. Tânia Bacelar: As bases industriais estão de pé. Carta Capital, 25 ago. 2017. Entrevista a Roberto Rockmann. Disponível em:<https://www.cartacapital.com.br/especiais/nordeste/tania-bacelar-as-bases-industriais-estao-de-pe>

ARAUJO, T. B.; MONTEIRO NETO, A.; AMARAL FILHO, J.; MIGUEZ, P.; GUIMARAES NETO, L.; LACERDA DE MELO, R. O.; CASTRO, S. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F.; LASTRES, H.; AGUIAR, R.; SILVA, M. M. da. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento - NORDESTE. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, v. 1, p. 540-562.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In: SADER, E. (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 157-171.

BARBOSA FILHO, F. H.; PÊSSOA, S. Educação e desenvolvimento no Brasil. In FERREIRA, P. et al. Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 211-233.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 - Salvador, BA – p. 6 – 34.

CARVALHO, F. J. D. MEMÓRIAS DA EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO SEMIÁRIDO POTIGUAR. 2017. PAU DOS FERROS/RN. 193 P.

CASCUDO, C. História do Rio Grande do Norte. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação: Rio Grande do Norte, 1955.

CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo, Editora Ática S.A. Série Princípios, 1989.

CORRÊA, A. Por que a maioria dos municípios brasileiros não se sustentam? British Broadcasting Corporation (BBC). São Paulo: 2012. Disponível em:http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120912_brasil_gestao_fiscal_ac.shtml.

CLEMENTINO, M. L. M.. O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial. Natal: Universitária UFRN, 1986. 272 p.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? 1. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DINIZ, C. C. A questão territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: DELFIM NETTO, A. O Brasil do Século XXI. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 293 – 298.

ENDLICH, A.M. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FERREIRA, T. Expansão para o interior - Governo inicia processo de descentralização do ensino superior.

FIERN. Guia Industrial. Disponível em:
<http://guiaindustrial.fiern.org.br/consulta.php>. Acessado em 26 de novembro de 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Desafios do Desenvolvimento, Ano 7, Edição 58, fev. 2010. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1541:catid=28&Itemid=23.

GOMES, G. M. Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

GRAY, D. E. Pesquisa no mundo real. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUIMARÃES NETO, L. Desafios para uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.16, n.1, p.203-207, jan./jun. 2012.

HADDAD, P. R. Apresentação. In SERRA, M; ROLIM, CÁSSIO; BASTOS, A. P. Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 19-26

IBGE. Censos Demográficos: 1991, 2000 e 2010. Brasília: IBGE, 2017.

_____. Histórico do município de Caraúbas/RN. Disponível em:
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=240230&search=rio-grande-do-norte|caraubas|infograficos:-historico>.

IPEA. Produto Interno Bruto. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>.

IPECE. Entendendo o Índice de Gini. Disponível em:
http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf.

LEMOS, J. J.S. Mapa da Exclusão Social do Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

MALVEZZI, R. Semi-Árido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PNUD. Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em:
<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>.

PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PREFEITURA DE ANGICOS. História do Município. Disponível em:
<http://angicos.rn.gov.br/index.php/historia>.

PREFEITURA DE CARAÚBAS. História do Município. Disponível em:
<http://caraubas.rn.gov.br/index.php/historia>.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANDRONI, P. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios – SISTN. Disponível em:
http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SERRA, M; ROLIM, CÁSSIO; BASTOS, A. P. Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. 412 p.

SILVA, R. M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, p. 466- 485, jul-set. 2007.

SPOSITO, E. S; SILVA, P. F. J. Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, 148 p.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SUDENE. Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017. Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação aprovada pela Resolução CONDEL nº 107, e 27 de julho de 2017. Disponível em:
<http://sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/resolucoes/resolucao115-23112017-delimitacaodosemiarido.pdf>.

UFERSA. Total de Técnicos-Administrativos, Docentes e Discentes por Unidade. Disponível em:
https://sigrh.ufersa.edu.br/sigrh/public/abas/form_consulta_quantitativos.jsf#

VILLELA, A. O desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. In: FERREIRA, P. et al. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013 – 2ª reimpressão.

Recebido: 28 abr. 2021.

Aprovado: 24 jun. 2021.

DOI: 10.3895/rbpd.v10n2.12112

Como citar: SOUTO, L. V.; JUNIOR, A. M. S. Cidades pequenas do Semiárido Potiguar: análise da dinâmica socioeconômica de Angicos/RN, Caraúbas/RN e Pau dos Ferros/RN. **R. bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 10, n. 02, p. 297-324, mai./ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Lucas Valente Souto

Rua Francisco Mota Bairro, 572 - Pres. Costa e Silva, Mossoró - RN

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

